
Representatividade na TV: análise da cobertura dos principais telejornais da televisão pública e privada¹

Ana Paula Almeida CASTRO²
Bruna Maria Gertrudes TAVARES³
Débora Resende SANTOS⁴
Luísa Avanci LAVAL⁵
Maria Luíza Rodrigues MUNHOZ⁶
Fernando Oliveira PAULINO⁷

Universidade de Brasília, Brasília, DF

Resumo

A Constituição de 1988 assegura em seu Artigo 221 que a programação de emissoras de televisão deve promover a cultural nacional e regional. Nesse contexto, este artigo busca verificar se o Brasil, como uma nação vasta em território e pluralidade regional, está sendo representado de maneira homogênea pelo telejornalismo brasileiro. O presente trabalho analisou as reportagens apresentadas pelos dois jornais de maior audiência da emissora privada "Rede Globo" e da emissora pública "TV Cultura" cada, mensurando sobre quais estados cada reportagem se referia, onde elas foram gravadas, o seu tempo de duração e a naturalidade dos repórteres. Coletadas tais variáveis, foi possível concluir que tanto a emissora privada quanto a pública apresentam, em maioria, matérias de cunho nacional e que, quando se trata de algum assunto regional, o estado de São Paulo é o mais ressaltado.

¹ Trabalho apresentado na II 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UnB-DF, e-mail: anaacastro15@gmail.com.

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Audiovisual da UnB-DF, e-mail: brunagertrudes@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda da UnB-DF, e-mail: debora.resende06@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UnB-DF, e-mail: luisa.a.laval@gmail.com.

⁶ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Audiovisual da UnB-DF, e-mail: marialuizarmunhoz@gmail.com.

⁷ Orientador do trabalho. Professor em cursos de pós-graduação e graduação na UnB. Diretor da Faculdade de Comunicação da UnB (2015-2019). Diretor de Relações Internacionais da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC) paulino@unb.br

Palavras-chave: Representatividade Regional; Telejornalismo; Televisão Pública; Televisão Privada.

1 Contextualização

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, 97,2% dos domicílios brasileiros possuem um aparelho de TV, enquanto apenas 31,6% têm celular ou telefone fixo, e 69,3%, computador com acesso à internet. Os dados mostram que, setenta anos depois da chegada da televisão ao Brasil, o veículo ainda possui vasto alcance nas cinco regiões do país, influenciando as relações sociais e a forma com que o indivíduo interpreta o mundo e a si mesmo.

Com tamanho poder de penetração, a televisão, junto ao rádio, teve seus preceitos estabelecidos pela Constituição de 1988:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988).

No entanto, apesar da Constituição garantir que as diversidades regionais estejam presentes na TV, ainda há muito a ser feito para que a produção e a divulgação de conteúdos contemple toda a imensidão brasileira. Na maioria das vezes, a veiculação de programas locais e de cultura popular não compõe a estratégia comercial da emissora, cuja receita se encontra dependente de investimentos publicitários, conforme dados do estudo Retrospectiva & Perspectiva 2017, realizado pela Kantar Ibope Media:

A divisão da verba publicitária em 2017 acompanhou a distribuição de verba de mídia observada durante os últimos anos, com a TV (aberta + paga + *merchandising*) sendo o principal destino dos investimentos realizados em mídia, seguido de Jornal, Digital (*display* + *search*), Rádio, Revista, OOH e Cinema. (RETROSPECTIVA & PERSPECTIVA 2017, 2017, pág. 8-11)

Como consequência, a programação das emissoras privadas se vê associada a fatores econômicos, a quais conteúdos conseguem conquistar maior audiência e atrair maior número de anunciantes. E esse é justamente o perigo. Se uma emissora privada de grande audiência está pautada por valores econômicos, pode não priorizar a divulgação de assuntos de interesse regionais, o que traz consequências para a nossa democracia, como defende Alzira Alves de Abreu: “a imprensa é um veículo que fornece informações aos cidadãos e, simultaneamente, lhes dá a possibilidade de levar suas demandas até os responsáveis pelas decisões que afetam a vida em sociedade. A imprensa tem por função dar visibilidade à "coisa pública", e a visibilidade é uma condição da democracia" (DE ABREU, 2003, pág. 26). Como uma tentativa de alterar esse cenário e descentralizar os modos de narrar o Brasil, Bernardo Felipe Estellita Lins defende a atuação da radiodifusão pública:

- 1) pela necessidade de se preservar “valores frágeis”, ou seja, valores culturais e sociais que as emissoras comerciais têm dificuldade de disseminar, pois conflitam com sua finalidade comercial. (...)
- 2) para divulgar, de forma independente, informações sobre fatos políticos e econômicos relevantes, porém pouco palatáveis, (...) que as emissoras comerciais simplesmente ignorariam, pela concorrência com outras prioridades de programação.
- 3) para divulgar informações locais que, por não terem relevância para o grande público, são preteridas pelas emissoras comerciais ou oficiais (LINS, 2002, pág. 13).

Contudo, é otimismo pensar que as televisões públicas conseguem sanar a deficiência da TV privada em cobrir todo o país. Como não possuem fontes de financiamento tão definidas, apresentam dificuldades para se atualizarem em termos de tecnologia, angariar recursos e capacitar profissionais.

Logo, o presente trabalho tem como objetivo analisar se as televisões privadas e públicas, com foco nos telejornais, veiculam material dialógico e representativo da diversidade nacional, fugindo à tríade Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, cidades que, por serem polos econômicos e políticos do país, alcançam maiores espaços na televisão.

2 Metodologia

O estudo analisou um período de uma semana, entre os dias 12 e 17 de novembro de 2018 a partir dos princípios da análise de conteúdo. A metodologia assemelha-se à

utilizada pela ANDI - Comunicação e Direitos no estudo *Cobertura Midiática sobre energia e mudanças climáticas*. Como ela bem descreveu, “a análise do conteúdo detém-se àquilo que pode ser objetivamente observado e cujos resultados podem ser numericamente apresentados” (ANDI - COMUNICAÇÃO E DIREITOS, 2017, pág. 4).

Para compor o universo de análise, optou-se por acompanhar duas das emissoras de maior audiência: uma do âmbito privado, e outra, do público. Com esse recorte em mente, as selecionadas foram a Rede Globo, líder em audiência em todo Brasil, e a TV Cultura, líder das emissoras públicas.

Os telejornais analisados de cada uma foram o *Jornal Hoje* e o *Jornal Nacional* (TV Globo); e os *Jornais da Cultura 1ª e 2ª Edição* (TV Cultura). A decisão por analisar tais programas se deu, primeiramente, por serem os telejornais mais assistidos em cada emissora, e, em segundo, por passarem em intervalos de horário semelhantes: o *Jornal Hoje* e o *Jornal da Cultura 1ª Edição*, entre às 12 horas e 13 horas, e o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Cultura 2ª Edição*, entre 20 horas e 21 horas. Desta forma, também seria possível analisar se há diferença de cobertura entre as reportagens dos jornais diurnos e noturnos.

Durante o período de uma semana, de segunda à sábado, foram assistidas todas as edições destes jornais, divididas entre os cinco membros do grupo. Para compará-los, o grupo criou quatro variáveis, que seriam mensuradas de maneira quantitativa a partir do conteúdo produzido por cada um. Entenda:

- *Assunto*: o tema das pautas. O VT fazia menção a algum fato de um estado específico, como, por exemplo, um acidente no interior de Goiás? Ou o conteúdo era geral e implicava todo o território brasileiro, como a reforma da previdência? Para essa variável, haviam 29 categorias (26 estados + Distrito Federal + Nacional + Internacional). Como já exemplificado, se a pauta fosse direcionada a algum estado, tal estado seria marcado como o assunto. Se fosse um tema geral, a matéria seria classificada como nacional. Por fim, internacional abrangeria todas as reportagens sobre acontecimentos no exterior.
- *Local de Gravação*: estados em que as reportagens foram gravadas. Onde estavam os repórteres e os entrevistados? Aqui, existiam 28 possibilidades (26 estados + Distrito Federal + Internacional - caso fosse qualquer local fora do país). Além disso, uma mesma reportagem poderia ter mais de um local de gravação.

-
- *Repórter*: estado de origem de cada repórter. Os âncoras não foram analisados. Assim como na variável anterior, possuíamos 28 possibilidades (26 estados + Distrito Federal + Internacional - caso o repórter não tivesse nascido no Brasil). Mas, nesse caso, somente uma categoria podia ser marcada, a não ser que a reportagem fosse feita por uma dupla de repórteres.
 - *Tempo*: duração de cada reportagem. Contudo, o tempo só foi contabilizado nos casos em que o local (a segunda variável) da reportagem foi identificado. O intuito era analisar por quanto tempo cada estado apareceu em cada edição.

Vale ressaltar que, dentro dos telejornais, a previsão do tempo, as notas pés e os comentários, sejam eles feitos pelos próprios âncoras ou pelos comentaristas convidados, como acontece no *Jornal da Cultura 2ª Edição*, não foram levados em consideração. Somente as reportagens, os *stand-ups*, notas secas e cobertas compuseram o objeto de análise. No caso das duas últimas, as variáveis funcionaram de modo diferente:

- *Nota seca*: neste caso, só foi observado qual era o assunto da nota - um dos 26 estados, o Distrito Federal, Nacional ou Internacional.
- *Nota coberta*: além do assunto, como acima, também levou-se em consideração o local de gravação - no caso de notas cobertas com vídeos

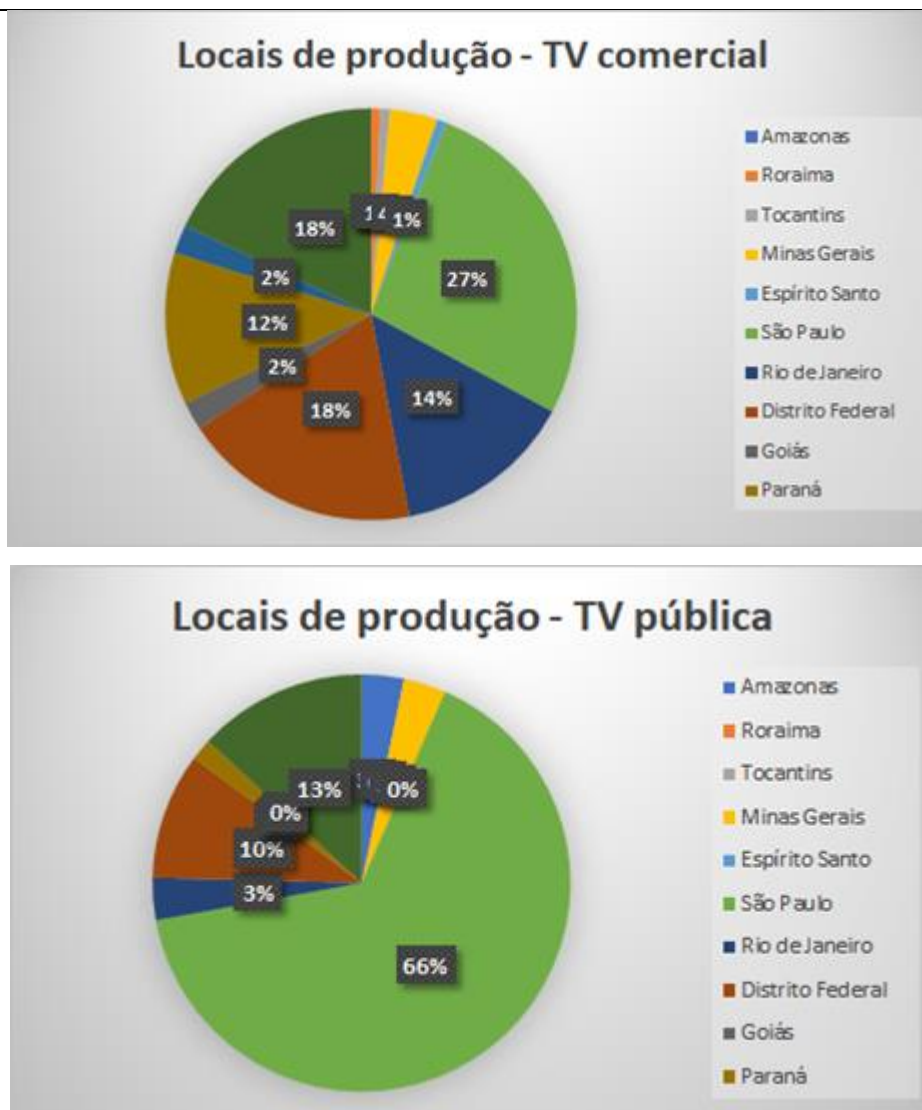
Após relacionar as reportagens às variáveis, foi possível criar um panorama geral sobre a pluralidade regional abordada em cada veículo, como explicado no tópico a seguir.

3 Resultados

Para melhor clareza na análise, as variáveis foram divididas em duas categorias: *o que vemos em tela e sobre o quê ouvimos*. Na primeira, é tratado o local de produção de cada reportagem e seu respectivo tempo na televisão e a origem de seu repórter.

3.1 O que vemos em tela

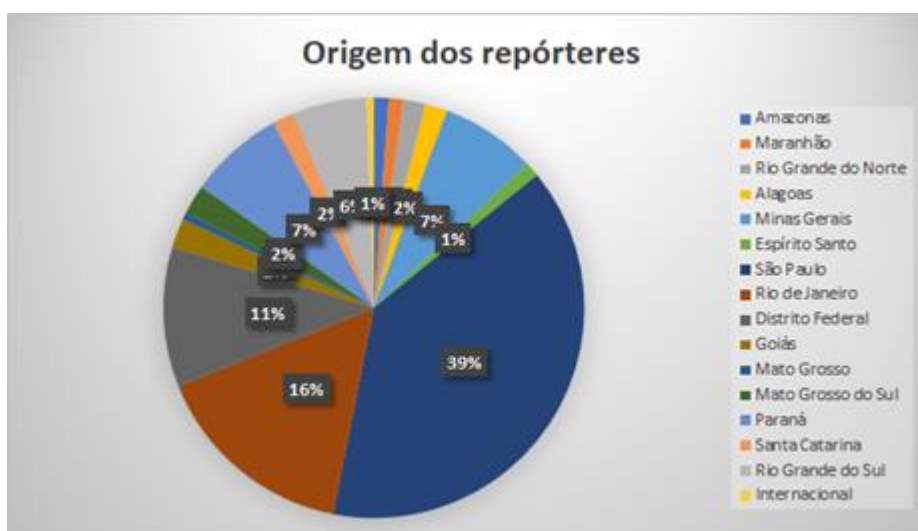
A maior diferença entre a televisão pública e a televisão comercial se encontra na variedade de estados brasileiros onde são realizadas as notícias.



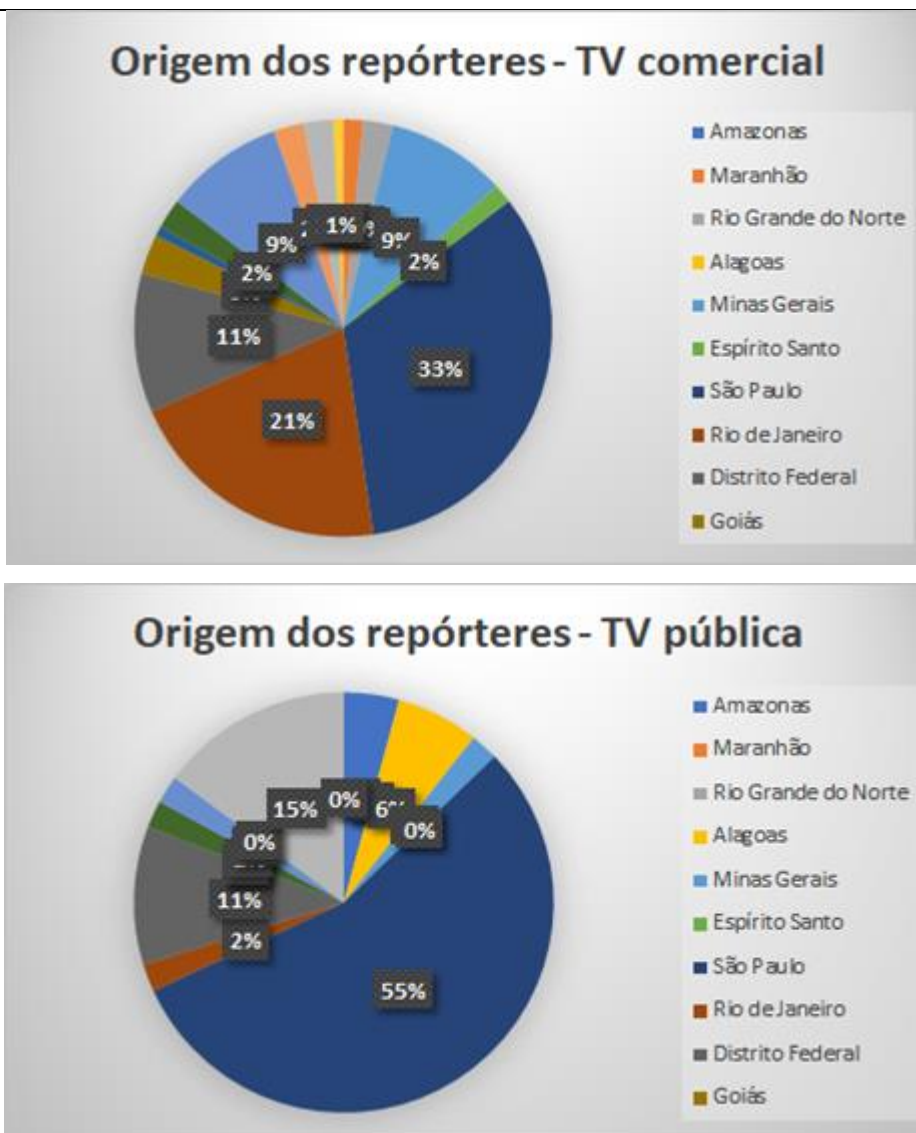
Dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, apenas 12 apareceram nos quatro jornais analisados (veja em Anexo I). Na televisão pública, apenas 6 tiveram tempo em tela, sendo 3 desses da região Sudeste. Já na televisão comercial, todos esses 12 tiveram espaço em tela.

Como pode ser observado nos gráficos, os dois jornais da TV Cultura tiveram 66% de suas reportagens com repórteres em São Paulo, contra 27% nos jornais da Rede Globo. Em segundo lugar, nos dois canais, entram reportagens feitas no exterior, seja com repórter no local ou apenas imagens de entrevistas: 13% nos jornais públicos e 18% nos comerciais. Por fim, o Distrito Federal é o terceiro território - o segundo do Brasil - mais visto nos telejornais, representando 18% na soma do Jornal Nacional com o Jornal Hoje e 10% no total das duas edições do Jornal da Cultura.

A desigualdade de presença entre as regiões como locais de produção de notícias é absurda. Enquanto o Sudeste teve um total de 105 reportagens realizadas em seus estados durante a semana observada, totalizando um máximo de *5 horas, 9 minutos e 55 segundos*, o Centro-Oeste teve apenas 37, colocando-se como segundo na lista com *1 hora, 24 minutos e 17 segundos* de tempo na televisão. A região Sul teve 20 notícias, somando *1 hora, 3 minutos e 2 segundos*, e a região Norte contou com apenas 4 notícias em seus estados, inteirando *7 minutos e 36 segundos*. Em último, vem a região Nordeste, com nenhuma notícia produzida no local, resultando em nenhum tempo de tela da região nos telejornais. Quando consideradas as notícias de produção internacional, apenas a região Sudeste as supera em tempo e em número: as 32 reportagens realizadas no exterior tiveram um total de *1 hora, 31 minutos e 4 segundos* de duração.



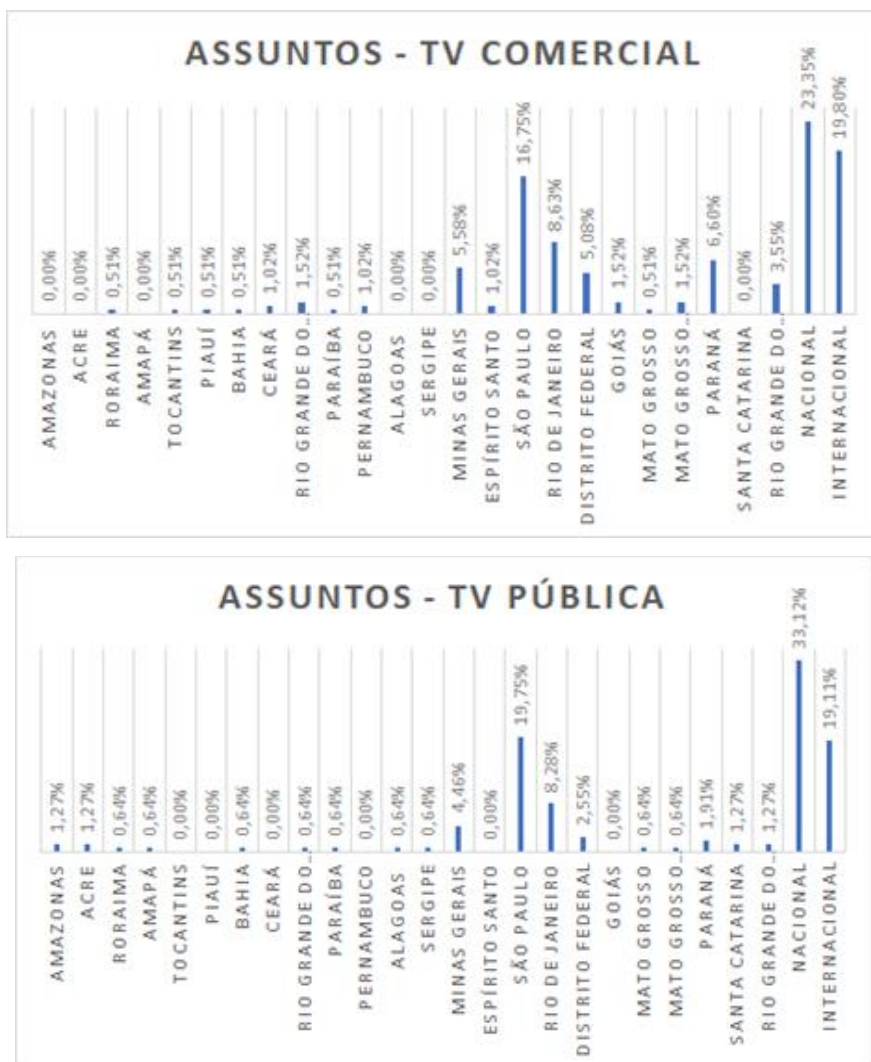
Quanto aos repórteres vistos em cada notícia, a grande maioria é, também, do estado de São Paulo: 68 aparições, totalizando praticamente 39% da somatória. Logo em seguida vem o Rio de Janeiro com 28 aparições, quase 16% do total, e o Distrito Federal com 19 aparições, representando perto de 11% do conjunto. Enquanto todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste possuem repórteres naturais de lá, o mesmo acontece com apenas três estados do Nordeste – Maranhão com 2 aparições e Rio Grande do Norte e Alagoas com 3 cada – e com somente um do Norte – o Amazonas, somando duas aparições.



De modo geral, grande parte dos repórteres estavam a frente de reportagens que eram produzidas em sua cidade natal ou no estado onde se formaram no ensino superior. Desse modo, é fácil entender a diferença entre a origem dos repórteres da televisão pública e da televisão comercial: com a produção da grande maioria das notícias da TV Cultura ocorrendo em São Paulo, entende-se o porquê de 55% das aparições serem de lá. A maior variação de locais de produção da Rede Globo conversa com a aparição de seus repórteres, que estão melhor distribuídos nos estados e regiões brasileiras. Por fim, é válido notar um ponto fora da curva: 15% das aparições na TV pública são de repórteres com origem no Rio Grande do Norte, estado que não possui nenhuma notícia produzida em seu território.

3.2 Sobre o quê ouvimos

A outra categoria a ser trabalhada diz respeito aos assuntos tratados nas notícias observadas durante a semana.



Como era de se esperar após a análise dos outros dados, São Paulo é, novamente, a maior presença dentre as temáticas. Ao total, 64 reportagens falam direta ou indiretamente sobre o estado. Logo atrás vem o Rio de Janeiro e Minas Gerais, somando mais 48 notícias para a região Sudeste. O Paraná é assunto 16 vezes, enquanto o Distrito Federal possui 14 referências. O restante dos estados não tem uma porcentagem muito relevante frente aos já mencionados, mas é importante ressaltar que nem todos eles

aparecem tanto na televisão pública quanto na televisão comercial, sendo restringidos a apenas uma das observadas.

Apesar do destaque de alguns estados e regiões, a quantidade de notícias que abordam temáticas nacionais é a maior de todas, representando 27,68% do total, ou seja, 98 referências. Perto do número de reportagens sobre São Paulo, mas ainda a frente, se encontram as notícias que informam acontecimentos internacionais: foi 69 o número de vezes em que temáticas estrangeiras tomaram as telas.

Como é possível observar, a diferença entre os assuntos abordados na televisão pública e na televisão comercial é pequena. As maiores variações se encontram no número de notícias com temática nacional, que ganham mais espaço nos jornais da TV Cultura: de 23,35% na Rede Globo para 33,12%. Além disso, o estado de São Paulo possui um destaque um pouco maior nas duas edições do Jornal da Cultura, enquanto o Distrito Federal perde espaço neles. Estados com poucas referências nos telejornais públicos são mais abordados no Jornal Nacional e no Jornal Hoje, como o Paraná e o Rio Grande do Sul.

4 Conclusão

A partir da análise realizada nessa pesquisa foi possível observarmos características importantes de dois dos principais telejornais da Rede Globo, *Jornal Hoje* e *Jornal Nacional*, e da TV Cultura, *Jornal da Cultura - 1ª edição* e *Jornal da Cultura 2.a edição*, e, desta forma, observar algumas diferenças da televisão privada para a televisão pública. É possível perceber, por exemplo, que embora a TV Cultura seja pública e, portanto, tenha concessões do governo, ela acaba representando, em termos de números de estados presentes nas reportagens, menos a pluralidade geográfica do Brasil do que canais privados como a Rede Globo. O canal público apresenta mais matérias de cunho nacional, ou seja, relevante para todo o país, mas ao mesmo tempo não possui uma representatividade nacional nos seus repórteres ou locais de produção.

Com os resultados obtidos através da análise foi também possível confirmar a hipótese de que o foco dos telejornais se encontra na região Sudeste do país, mais precisamente no estado de São Paulo. Independentemente se estamos nos referindo às

emissoras públicas ou privadas, em ambos os casos a predominância de repórteres, assunto noticiado, local de produção e tempo no ar é do estado paulistano. Na sequência, estados como o Rio de Janeiro, Brasília e Paraná também tiveram seu destaque, embora não chegassem perto dos números alcançados por São Paulo.

Outro fato interessante que devemos ressaltar é que três dos quatro jornais analisados tinham como local de produção São Paulo. Apenas o Jornal Nacional, da TV Globo, é produzido no Rio de Janeiro. Esse aspecto pode também ser de extrema relevância para a análise. A TV Cultura, emissora pública, conta com menos recursos e, portanto, acaba lidando com problemas de locomoção para a produção do próprio conteúdo, utilizando frequentemente imagens gravadas por terceiros, e com a falta de pluralidade entre os repórteres, os quais acabam sendo concentrados nos paulistanos. Enquanto isso, a TV Globo, emissora privada, conta com um orçamento mais amplo além de possuir sedes e afiliadas partes significativas do território brasileiro, podendo assim, mais facilmente ampliar a pluralidade de seus repórteres e locais de produção de seus conteúdos.

Com todo esse levantamento de resultados a partir da análise realizada, podemos perceber que o problema nas duas emissoras ainda é muito parecido: baixa representatividade do território e da pluralidade brasileira em seus noticiários, tanto da naturalidade dos repórteres quanto dos assuntos e locais de produção abordados. Até mesmo um canal financiado pelo governo e que, em sua teoria, tivesse como dever abordar todas as regiões do país e suas notícias, de cunho social, político e cultural, foca tanto quanto, ou às vezes até mais, no centro econômico e político do país do o um canal privado.

Embora a pesquisa tenha alcançado resultados consideráveis e dignos de aprofundamento, reconhecemos que algumas limitações foram encontradas ao longo de seu desenvolvimento. Mesmo com a definição de uma metodologia e orientações de como realizar a análise, as notícias ainda possuem temáticas muito subjetivas e que podem sofrer variância a partir do olhar de que a observou. Além disso, o fato de ter sido analisada apenas uma semana da programação desses canais, sendo ainda uma semana com presença de feriado, pode gerar alguns vieses e má interpretações do cenário no geral. Vale também ressaltar que algumas informações sobre o local de nascimento dos

repórteres era de difícil acesso, sendo possível em alguns casos encontrar apenas seu local de graduação, o qual consideramos para a análise.

Referências bibliográficas

DE ABREU, Alzira Alves. Jornalismo cidadão. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 25-40, 2003.

LINS, Bernardo Felipe Estellita. **Análise comparativa de políticas públicas de Comunicação Social**. Bahia: Câmara dos Deputados, 2002.

MUSSE, Christina Ferraz; PERNISA, Mila. Telejornalismo e diversidade cultural: a TV pública e a construção de identidades. In: PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu; PORCELLO, Flávio Antônio Camargo; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 Anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

Meios eletrônicos

Cobertura midiática sobre energia e mudanças climáticas (ANDI-Comunicação e Direitos). Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/cobertura-midiatica-sobre-energia-e-mudancas-climaticas>> Acesso em: 03 abr. 2019.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_221_.asp>. Acesso em 22 nov. 2018.

Estatísticas de Domicílios Brasileiros (IBGE - PNAD). Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/pnad.asp>>. Acesso em 22 nov. 2018.

Retrospectiva & Perspectiva 2017. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2018/04/Estudo-AdIntel_Retrospectiva-e-Perspectiva-2017_PT_Final.pdf>. Acesso em 22 nov. 2018.

Anexo I – Dados computados

- Legenda:

JH - Jornal Hoje - TV Globo

JN - Jornal Nacional - TV Globo

JCI - Jornal da Cultura 1ª edição - TV Cultura

JC - Jornal da Cultura - TV Cultura

- Cores por regiões:

Norte	Sudeste	Sul
Nordeste	Centro-Oeste	Internacional
Nacional		

1 Local de produção

Estado/Jornal	JH	JN	JCI	JC	TOTAL
Amazonas	-	-	1	1	2
Roraima	1	-	-	-	1
Tocantins	-	1	-	-	1
Minas Gerais	3	2	1	1	7
Espírito Santo	-	1	-	-	1
São Paulo	20	16	16	24	76
Rio de Janeiro	8	11	1	1	21
Distrito Federal	11	14	2	4	31
Goiás	1	2	-	-	3
Paraná	11	5	-	1	17
Rio Grande do Sul	2	1	-	-	3
Internacional	9	15	5	3	32
Total de reportagens:	81	85	59	76	301

2 Tempo de aparição de cada local

Estado/Jornal	JH	JN	JC1	JC	TOTAL
Amazonas	-	-	00:02:24	00:03:09	00:05:33
Tocantins	-	00:02:03	-	-	00:02:03
Minas Gerais	00:08:41	00:07:11	00:00:57	00:01:39	00:18:28
Espírito Santo	-	00:02:19	-	-	00:02:19
São Paulo	01:09:00	00:45:58	00:30:38	01:13:33	03:39:09
Rio de Janeiro	00:23:45	00:41:53	00:01:39	00:02:42	01:09:59
Distrito Federal	00:21:56	00:41:22	-	00:09:48	01:13:06
Goiás	00:02:08	00:05:58	-	-	00:08:06
Mato Grosso do Sul	00:03:05	-	-	-	00:03:05
Paraná	00:41:28	00:17:34	00:00:00	00:02:11	01:01:13
Rio Grande do Sul	00:01:09	00:00:40	-	-	00:01:49
Internacional	00:28:30	00:34:54	00:09:15	00:18:25	01:31:04
Duração do Jornal	04:02:45	04:07:37	01:36:53	05:11:45	14:59:00

3 Origem dos repórteres

Estado/Jornal	JH	JN	JC1	JC	TOTAL
Amazonas	-	-	1	1	2
Maranhão	-	2	-	-	2
Rio Grande do Norte	1	2	-	-	3
Alagoas	-	-	1	2	3
Minas Gerais	8	4	1	-	13
Espírito Santo	1	1	-	-	2
São Paulo	24	19	9	17	69
Rio de Janeiro	13	14	-	1	28
Distrito Federal	6	8	1	4	19
Goiás	1	3	-	-	4
Mato Grosso	-	1	-	-	1
Mato Grosso do Sul	2	1	-	1	4
Paraná	8	4	-	1	13
Santa Catarina	1	2	-	-	3
Rio Grande do Sul	-	3	1	6	10
Internacional	-	1	-	-	1

4 Origem dos âncoras

Estado/Jornal	JH	JN	JC1	JC	TOTAL
São Paulo	3	1	1	1	6
Rio de Janeiro	-	1	-	-	1
Distrito Federal	-	1	-	-	1
Rio Grande do Sul	-	1	1	1	3

5 Assunto

Estado/Jornal	JH	JN	JC1	JC	TOTAL
Amazonas	-	-	1	1	2
Acre	-	-	1	1	2
Roraima	1	-	-	1	2
Amapá	-	-	1	-	1
Tocantins	-	1	-	-	1
Piauí	1	-	-	-	1
Bahia	-	1	-	1	2
Ceará	1	1	-	-	2
Rio Grande do Norte	2	1	-	1	4
Paraíba	-	1	-	1	2
Pernambuco	1	1	-	-	2
Alagoas	-	-	-	1	1
Sergipe	-	-	-	1	1
Minas Gerais	9	2	2	5	18
Espírito Santo	1	1	-	-	2
São Paulo	19	14	12	19	64
Rio de Janeiro	9	8	5	8	30
Distrito Federal	6	4	3	1	14
Goiás	2	1	-	-	3
Mato Grosso	1	-	-	1	2
Mato Grosso do Sul	3	-	-	1	4
Paraná	9	4	-	3	16
Santa Catarina	-	-	-	2	2
Rio Grande do Sul	5	2	-	2	9
Nacional	14	32	23	29	98
Internacional	18	21	12	18	69